



Nutrição escolar: um processo educacional básico



Inclusão: educação especial um drama ético no Brasil



Educação - Psicologia no ensino médio: reflexões em torno da formação do professor



Philippe Perrenoud e a teoria das competências

Escolallegal

Educação, pedagogia, psicologia, nutrição e saúde.
Educação um direito de todos - um dever do Estado.

Nº 01 | JUN2019

LETRA CURSIVA
A CAMINHO DA EXTINÇÃO?

CRIANÇAS ATIVAS E COM PESO NORMAL

SERÃO OS FUTUROS ADULTOS SAUDÁVEIS



Imagem por Freepik

Por que **psicoterapia familiar**?

Mediação escolar conflitos e soluções

A **cerâmica como recurso e linguagem** de transformação social em comunidades de risco

Mídia e comunicação: ética, afetos e cooptação na sociedade do espetáculo

ANUNCIE AQUI!



ESPAÇO PUBLICITÁRIO

Escola legal

Expediente:

Editor Executivo – Jornalista Responsável

Volmer Silva do Rêgo:

Mtb 16640-85\SP – ABI 2264 - MS11714

Editor de Arte:

Alescio Vieira:

alescio@gmail.com

Colaboradores nesta edição:

Eliana Rezende:

Historiadora Social, PhD – UNICAMP

Edney Firmino:

Advogado - Cientista Político

Rita de Jesus Leria Aires:

Psicoterapeuta/Mediadora - CRP 06-6399SP

Julia Labritz:

Nutrição

Elayne Mota Pereira:

Artes - Ms UNESP

Conselho Editorial:

Eusiel Rego:

(Ms USP\SP-Toronto - CA)

Jeasir Rego:

(Florianópolis - SC) (Ms UFSC)

Contatos:

(11) 94216.5757 - provolmer@gmail.com

Apoio:

CNTU



THEM – Instituto

Transformação Humana em Educação e

Mediação

www.institutothem.com.br



APRESENTAÇÃO

Æscola Legal trata de Educação. Seu corpo editorial e colaboradores sabem que esta é a base do desenvolvimento das pessoas e de qualquer sociedade verdadeiramente interessada em crescer de forma saudável. E é uma base expansível, uma vez começada não pára mais! E investimos nisso!

No sentido estrito do termo, etimologicamente, educar quer dizer colocar em um caminho. E um dos caminhos tradicionais é a Escola. É nela que se pensa e se trabalha para complementar a educação; é nas escolas que se lapida a pedra mágica da consciência, da razão, das emoções, enfim é onde se dá o polimento adequado às diversas inteligências que conformam as nossas competências e nos faz avançar nos níveis subsequentes. Estas serão as ferramentas com as quais trilharemos o caminho da vida, de forma segura.

O microcosmo escolar reflete de forma branda, através de profissionais capazes e bem formados, cercado de segurança e cuidados, a estrutura da sociedade que criamos, da sociedade que queremos e ousamos sonhar. Um lugar onde predomine a integração, a honestidade, a busca pelo conhecimento, pelo entendimento da vida, do universo, dos outros, onde se concatenem os esforços para nos tornarmos um ser humano cada vez melhor, diariamente. Uma construção do ser e seu aprimoramento!

A revista Aescola Legal pretende acrescentar aos profissionais que cuidam desta arte\ técnica humana de educar, aos que frequentam as escolas como professores, gestores, alunos, pais e comunidade, alguns dados, informações, reflexões para ajudar na elucidação das crises da modernidade. Como ferramenta discursiva a serviço da Educação estamos, por nossa vez, em constante perspectiva de aprimoramento, colocando à disposição de leitores atentos conteúdo cuidadosamente elaborado por profissionais que já passaram pelas escolas, mas que nunca deixam de estudar e de aprender na vida!

Vamos aprender sempre! Isto é legal!

O Editor

Æscola Legal é um esforço coletivo de profissionais interessados em resgatar princípios básicos da Educação e traduzir informações sobre o universo multi e transdisciplinar que a envolve. Os artigos aqui expostos refletem a opinião destes profissionais, baseada em seus estudos e pesquisas e estão, no mais das vezes, intrinsecamente relacionados aos conceitos expendidos por este periódico.

ÍNDICE

6
LETRA CURSIVA: A
CAMINHO DA EXTINÇÃO?
.....
Eliana Rezende

10
CRIANÇAS ATIVAS E COM
PESO NORMAL SERÃO
OS FUTUROS ADULTOS
SAUDÁVEIS
.....
Jair Rodrigues Garcia Júnior

12
NUTRIÇÃO ESCOLAR – UM
PROCESSO EDUCACIONAL
BÁSICO
.....
Ariana Galhardi

13
“O QUE TEM DE LANCHE
HOJE?”
.....
Julia Labritz

14
EDUCAÇÃO - PSICOLOGIA
NO ENSINO MÉDIO:
REFLEXÕES EM TORNO
DA FORMAÇÃO DO
PROFESSOR
.....
Ângela Soligo

17
PHILIPPE PERRENOUD
E A TEORIA DAS
COMPETÊNCIAS
.....
Philippe Perrenoud

19
POR QUE PSICOTERAPIA
FAMILIAR?
.....
Rita Aires

19
MEDIAÇÃO ESCOLAR
.....
Instituto THEM

20
INCLUSÃO - EDUCAÇÃO
ESPECIAL UM DRAMA
ÉTICO NO BRASIL
.....
Marta Gil

23
QUEM GANHA COM A
INCLUSÃO ESCOLAR
.....
Lucinda Aurelia

24
A CERÂMICA COMO
RECURSO E LINGUAGEM
DE TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL EM
COMUNIDADES DE RISCO
.....
Elainy Mota Pereira

27
MÍDIA E COMUNICAÇÃO:
ÉTICA, AFETOS E
COOPTAÇÃO NA
SOCIEDADE DO
ESPETÁCULO
.....
Edney Firmino Abrantes





SEJAM BEM VINDOS

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat.

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proident, sunt

in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum.

Sed ut perspiciatis unde omnis iste natus error sit voluptatem accusantium.



EDUCAÇÃO LEVADA A SÉRIO

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat.

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint

occaecat cupidatat non proident, sunt in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum.

Sed ut perspiciatis unde omnis iste natus error sit voluptatem accusantium.



NEUROCIÊNCIA APLICADA

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat.

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore

eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proident, sunt in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum.

Sed ut perspiciatis unde omnis iste natus error sit voluptatem accusantium.

LETRA CURSIVA:

A CAMINHO DA EXTINÇÃO?



recurso intermediário e nunca o objetivo final. De que vale uma letra maravilhosa com pobreza de ideias, sem clareza de raciocínio?

Para nós, que temos o domínio de todas as formas e formatos que a escrita pode ter, é apenas uma questão de escolha por um ou outro meio. Agora, optar pelo não ensino é uma discussão que vai muito além. O maior problema que temos assistido é que da mesma forma que os suportes têm feito a cisão entre conteúdo e forma, o mesmo vem ocorrendo, ainda que de forma sutil entre escrita digital e cursiva. Para, além disso, a escrita vem tornando-se fonética e encontra públicos usuários de todas as idades. Tenho para mim que seria um dos motivos de estarmos assistindo uma inviabilização da escrita cursiva com alguma fluência. Os alunos quase que junto com a alfabetização começam a se comunicar utilizando essa forma de linguagem, tão logo aprendem as primeiras letras, incorporam os vícios da linguagem fonética.

Em outros tempos éramos alfabetizados e utilizávamos o encurtamento de caracteres para simplificar a escrita ágil, em geral para anotações de aula. Obedecíamos às regras e a forma taquigráfica tinha como base uma boa redação. Hoje o que temos são alunos que não aprenderam a ler, a se expressar e transformam essa expressão em código escrito que tenha inteligibilidade e correção. Nossa sociedade, em especial as digitais, está se habituando cada vez mais com a pirotecnia e a cisão entre forma e conteúdo.

Em tempos analógicos seria impensável separar conteúdo de suporte. Daí que a escrita de próprio punho cunhava sobre o papel modos de ser e expressar (a grafologia fornecia uma possibilidade concreta de análise do indivíduo a partir de seus dados.) Com os processos digitais, conteúdo e forma se cindiram e hoje esta cisão acaba sendo “natural”, até para propiciar links e hiperlinks que saem de um lugar e vão ao outro em ritmo de sons, imagens, textos e cores e que muito pouco possui do traço do indivíduo.

De um lado, pode-se ter acréscimos se pensarmos em compartilhamentos

Recentemente lia sobre a decisão, e que em alguns países está se tornando lei, de não ensinar mais a letra cursiva nas escolas para estudantes que estão sendo alfabetizados. Ao que parece tal decisão pauta-se mais pelos que consideram que a escrita digital está substituindo a escrita cursiva, e que esta última não possui sentido em um mundo feito de gadgets e outras formas de composição do escrito.

Não sei se esta radicalização é correta neste momento ou se basta deixar os anos correrem para ver se a escrita cursiva de fato cairá na obsolescência e conseqüente esquecimento, tal como dizem seus profetas apocalípticos. Tudo acaba sendo especulativo. Mas, de fato, creio que essa opção de extirpar a escrita cursiva, ainda na alfabetização, será alvo de acaloradas e intensas discussões.

Um artigo interessante do The New York Times trata desta questão do ponto de vista do que se tem com a escrita de próprio punho. (1*) No lado oposto estão os que defendem que a escrita de próprio punho é, não apenas salutar, como ajuda a desenvolver aspectos neurológicos, de memória e retenção que nos meios digitais não seriam possíveis.

Em relação a isto, e até mesmo no Brasil muitos conteúdos têm sido revistos quanto à sua importância no currículo, e a letra cursiva é mais uma destas reflexões. O que precisa ser levado em conta é que a transmissão da ideia de um texto escrito necessita ser inteligível a qualquer um, em dois aspectos: coesão e letra. Pois a ideia pode ser ótima, mas se perde quando a letra não possibilitar sua leitura e compreensão. Penso que a letra (qualquer uma delas) é um

É difícil estar em meio a toda essa transformação e entender para onde vamos.



Imagem de rawpixel.com da Pexels

de qualidades e que amarrem de fato ideias. Mas sabemos o quanto isso tem se distanciado do ideal. Aqui temos outra dimensão do tripé: leitura, escrita e comunicação. Enquanto a escrita de próprio punho possa sofrer alterações de ritmo e velocidade em função das tecnologias utilizadas, a leitura e a comunicação de ideias não possuem as mesmas características.

Apesar de programas facilitarem correções ortográficas e erros mais óbvios, eles não conseguirão extirpar problemas que tenham que ver com clareza e objetividade de ideias. Neste sentido a escrita tem um componente mais “braçal”, no sentido de exigir da parte de quem escreve, esmerilhar as palavras e encontrar as que comuniquem com maior clareza suas ideias.

Em tempos de imediatividade, contenção e superficialidade os textos, ainda que curtos, perdem muito da fluidez da boa escrita, pautada em boas leituras e concatenadas com raciocínio articulado. Essa “terceirização” que muitos estão fornecendo a corretores ortográficos e similares mutila e deforma conteúdos, mesmo os ditos profissionais...infelizmente.

Com o tema encontramos a bifurcação entre a expressão comunicacional

e seus suportes. Como um dado de suporte os meios que temos hoje chegam a agilizar pensamentos e formatar ideias. Mas é apenas, e tão somente, um meio. Se o que antecede a tudo que é formatação mental de uma ideia, um conceito que, ou o que quer que seja, não tenha um embasamento sustentável não haverá tecnologia que “concerte” isso.

Engraçado pensarmos como foi difícil todo esse processo. Lembro que no início escrevia tudo à mão para depois digitar com medo que tudo se perdesse. Hoje em dia, tenho que confessar minha escrita manual está cada vez mais lenta.

Estamos de novo com sinais de novos tempos e apropriações culturais de códigos (*2) e postura no ler e escrever.

Mas gosto de pensar que tudo é uma questão de escolha. Não creio em radicalismos, em especial o de simplesmente um decreto pondo o fim ao ensino da letra cursiva na alfabetização básica. Acho que as pessoas têm que ter a escolha... sem aprender fica um pouco (bem mais) difícil.

Essa facilidade que nós, da versão analógica sentimos, talvez não seja a

mesma que as crianças sintam. Basta ver o fascínio que as telas sensíveis ao toque exercem até em bebês! Notamos uma busca de ergonomia dos gadgets para que se assemelhem a modos que estávamos habituados a nos expressar, sendo a escrita cursiva uma delas, alguns inclusive incluem canetas e estilos em seus acessórios.

Estamos de novo com sinais de novos tempos e apropriações culturais de códigos (*2) e postura no ler e escrever.

As sociedades nem sempre mantiveram os mesmos padrões para a leitura e muito menos para a produção do escrito. Essa relação foi desde o sagrado (já que dominar a arte da escrita aproximava o homem de sua divindade) às estruturas que colocavam o escriba como um alto funcionário do governo. Era uma escrita técnica e absolutamente dominada por bem poucos. A passagem para pergaminhos e tintas também não foi sem certa dose de elitismo, já que era apenas nos mosteiros que elas eram realizadas e possuíam ainda essa característica de um poder concedido a poucos.

A imprensa e com elas os meios de disseminação da leitura, popularizaram

O desafio é grande por que não vem só com a escrita fonética. É todo um conjunto, e o que é pior: avassala toda uma geração cultural.



posteriormente também a escrita. Foi a partir daí que as tintas ganharam o papel e o imaginário das pessoas como forma de externar sentimentos e os séculos mais recentes, e em especial o XVIII e XIX conheceram a escrita romântica e o desenvolvimento das chamadas escritas ordinárias. Foi a época dos diários e da relação com a escrita como uma catarse. O século XX manteve boa parte disso e até mesmo técnicas de grafologia foram desenvolvidas exatamente para relacionar aspectos de personalidade com a escrita de próprio punho.

Hoje assistimos mais uma transformação. De novo com muitos questionamentos. É difícil estar em meio a toda essa transformação e entender para onde vamos. Só historiadores e outros pesquisadores de transformações sociais do futuro serão capazes de entender o que de fato se passou.

Talvez eu ainda seja romântica no sentido de crer que a expressão pelas palavras deve vir em todas as formas e me encantam mais as palavras que seus suportes. Talvez esse saudosismo que deixo transparecer pela escrita de próprio punho tenha que ver com uma prática profissional e com uma experiência de vida. O tema da escrita e seus suportes são, para mim, forte questão até por que transcende meu gosto pessoal e perpassa meu ofício: sou historiadora e a lida com suportes de outro tempo quase sempre uma constante. Dado que aí é impossível

não fazer as comparações. Ainda tenho muito vincado em mim a experiência da escrita de próprio punho.

Hoje em dia, as palavras deixam de ser pensadas e as correspondências giram em torno do imediato. Roubou-se a aura da palavra cunhada (3*) e da magia que seus complementos tinham (os selos, os papéis, os timbres, as tintas, o rebuscado de letras e formas, sua sinuosidade e curvas). Apesar do ar saudosista tenho claro que as alterações no mundo em que vivemos são parte de um processo e que, como tal, não deve ser desprezado ou ignorado. Não vejo como um problema essa alteração que nossos tempos e tecnologias vêm imprimindo à escrita.

O desafio é grande por que não vem só com a escrita fonética. É todo um conjunto, e o que é pior: avassala

toda uma geração cultural. Há ainda a questão do raciocínio lógico e o uso de operações consideradas básicas. Os alunos em geral têm passado longe dessa capacidade e o que vemos cada vez mais é um analfabetismo funcional que alcança os níveis de graduação.

Não culpo apenas o sistema de ensino. Volto a dizer que sou fruto dele e nunca estive em uma escola particular. Foi necessária muita determinação e empenho. Algo que parece meio em desuso pela maioria dos discendentes. Muitos optam pela lei do menor esforço e em geral até a escolha de uma faculdade passa por aquela que não tem processos rigorosos de ingresso nem de permanência.

Mas isso é assunto para outro ensaio...

Eliana Rezende

PhD em História Social - UNICAMP (2009). É Doutora em História Social - UNICAMP (2002), Mestre em História Social - PUC/SP (1997) e Especialista em Preservação e Conservação de Coleções de Fotografia, Lisboa, Portugal (1998).

<http://eliana-rezende.com.br/>

Referências:

1*) https://www.nytimes.com/2014/06/03/science/whats-lost-as-handwriting-fades.html?_r=1

2*) <http://pensadosatinta.blogspot.com/2014/03/em-tempos-de-tintas-digitais-escritos-e.html>

3*) <http://pensadosatinta.blogspot.com/2014/05/voce-ainda-escreve-carta.html>



SUA ESCOLA OU EMPRESA EM UM ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA AS MELHORES DA REGIÃO

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation

ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat tempor aliqua. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla.



PUBLICIDADE

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat tempor aliqua.

eu fugiat nulla pariatur aut odit aut fugit. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur aut odit aut fugit.

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur aut odit aut fugit.



PUBLICIDADE

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat tempor aliqua.

eu fugiat nulla pariatur aut odit aut fugit. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur aut odit aut fugit.

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur aut odit aut fugit.



PUBLICIDADE

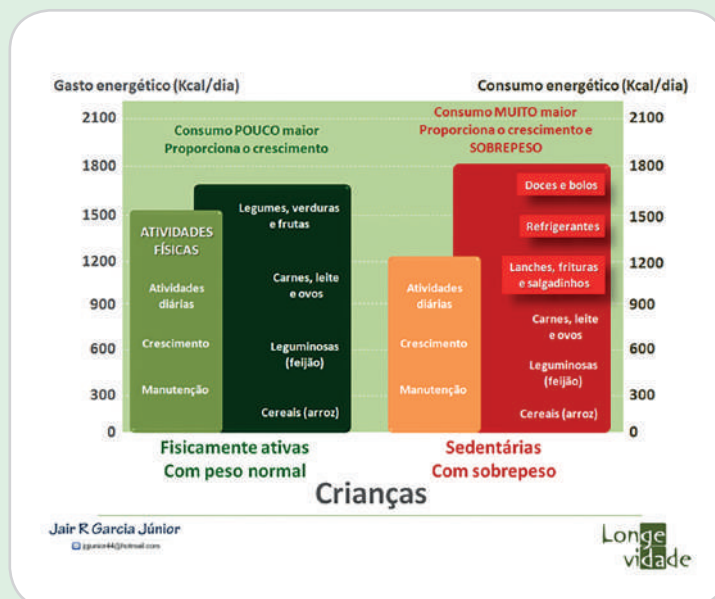
Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat tempor aliqua.

eu fugiat nulla pariatur aut odit aut fugit. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur aut odit aut fugit.

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur aut odit aut fugit.

CRIANÇAS ATIVAS E COM PESO NORMAL SERÃO OS FUTUROS ADULTOS SAUDÁVEIS



Crianças com sobrepeso e obesas são figuras comuns na sociedade e representam, em média, 30% dos estudantes nas escolas públicas e privadas [1,2]. Essa condição já é um sério problema de saúde pública, pois atinge todas as camadas sociais da população brasileira. Não bastando o problema imediato, ainda se configura num problema mais sério para o futuro, na vida adulta do indivíduo.

Estudos sobre obesidade familiar concluíram que os fatores genéticos são importantes na determinação da obesidade. A criança descendente de um pai/mãe obeso(a) corre o risco de aproximadamente 40% de se tornar obesa, enquanto para a criança que tem ambos os pais obesos, o risco aumenta para 80% [3]. E a influência dos pais vai além, pois quando ambos apreciam pratos fartos, gordurosos e ricos em açúcar, acabam transmitindo suas preferências alimentares ao seu filho.

As causas iniciais do sobrepeso e da obesidade infantil podem ser duas: (1) falta de informação e educação inadequada, pois ambos os pais podem não possuir as informações necessárias para correção dos hábitos dos filhos e/ou (2) negligência em atribuir a devida importância e também adotar os hábitos saudáveis que podem evitar o sobrepeso e uma série de doenças.

O sobrepeso e a obesidade infantil resultam principalmente de hábitos

errados de alimentação e falta de atividade física. Em muitas famílias houve redução da ingestão de alimentos preparados em casa, que foram sendo substituídos por alimentos industrializados ultraprocessados como salgadinhos, refrigerantes, doces e também fast-foods consumidos fora de casa. Na própria escola, nas cantinas, não se prioriza o valor nutritivo dos alimentos, mas sim o paladar e a preferência dos estudantes, por isso são ricos em açúcar, gorduras, sal e bastante calóricos. Um problema adicional é o tamanho das porções, cada vez mais generosas por preços convidativos.

Em paralelo, é cada vez maior a prevalência do sedentarismo entre as crianças e adolescentes. Em alguns municípios já pesquisados, o sedentarismo atinge cerca de 90% das crianças e dos adolescentes entre 7 e 17 anos. Em média, o sedentarismo atinge entre 40% e 60% das crianças e dos adolescentes em geral, o que certamente contribui para a crescente prevalência de sobrepeso nessa população [4].

Há estudos que relacionam o tempo dedicado ao celular, videogame, computador e à televisão, com a prevalência do sobrepeso entre crianças. Entre crianças que usam dispositivos eletrônicos até 1h/dia a taxa de sobrepeso é de 10%. Quando o tempo é de até 3h/dia a taxa aumenta para 20%, até 4h/dia aumenta para 27% e

até 5h/dia aumenta para 35% a taxa de sobrepeso [4,5].

A criança, adolescente ou adulto são considerados sedentários quando não praticam uma atividade física regular com duração de 20-30 minutos e frequência mínima de 3 vezes por semana. **É o mínimo dentro do que preconiza o American College of Sports Medicine (ACSM) para toda a população, ou seja, se engajar em uma rotina regular de exercícios com duração de 20-60 minutos, realizados de 3 a 5 dias por semana.**

Entre os exercícios devem estar incluídos os aeróbicos (caminhada, corrida, natação, bike, dança etc), os de resistência (funcional, musculação, CrossFit etc) e de flexibilidade (alongamento, Pilates etc). Tal rotina de exercícios auxilia na perda e manutenção do peso, pois aumenta o gasto de energia, reduz o apetite, aumenta a taxa metabólica de repouso, aumenta a massa muscular, eleva o consumo de oxigênio, aumenta do efeito térmico da refeição (gasto extra de energia após as refeições), aumenta a mobilização (quebra) e utilização de gordura nos músculos e proporciona a sensação de auto-confiança e bem estar.

A partir da década de 80 surgiu o conceito de “aptidão física relacionada com a saúde”, cuja denominação mais atual é “condicionamento físico preventivo” (em alusão à Medicina preventiva), que vai muito além dos efeitos saudáveis e imediatos da rotina de exercícios. Esse conceito está relacionado com a capacidade de realizar as tarefas diárias com vigor e demonstrar características de baixo risco para o desenvolvimento prematuro de doenças hipocinéticas (da falta de



movimento – sedentarismo).

Portanto, as implicações são imediatas, de médio e de longo prazo, pois, mesmo na senescência (idosos), o indivíduo que sempre foi fisicamente ativo manterá suas capacidades funcionais, isto é, para as tarefas diárias, e estará menos propenso a sofrer de doenças crônicas, tais como obesidade, diabetes, hipertensão arterial, câncer e cardiovasculares.

Qual o papel dos pais e da escola?

Deve haver mudança de comportamento de toda família, especialmente dos pais, pois as crianças aprendem muito por imitação e também se espelham nos adultos que têm como principal referência. Cabe aos pais dar o exemplo tendo hábitos alimentares saudáveis, sendo fisicamente ativos e mantendo os filhos motivados a permanecerem ativos durante alguns períodos do dia todos os dias. As crianças que são ativas desde cedo têm maior probabilidade de permanecerem ativas quando adultas.

Cabe também aos pais incentivar a prática regular de atividades físicas nas aulas de Educação Física escolar,

em escolinhas de esportes, em clubes, praças e outros locais. A Educação Física transita nas áreas de educação e saúde e, suas aulas exigem dos sistemas muscular, cardiovascular e respiratório, para que se adaptem aos esforços moderados e mais intensos e prolongados ou intermitentes. Também têm o papel de conscientizar o aluno sobre a importância da prática regular de atividade física por toda a vida. Não apenas para prevenção da obesidade, como também que proporcionem prazer, bem-estar, motivação, autoconfiança e melhor desempenho nas demais disciplinas.

Assim, a escola cumpre seu papel de educar no sentido mais amplo, com as aulas de Educação Física sendo o momento para estabelecer a relação entre a prática de atividade física, a alimentação adequada e a saúde. É preciso apenas a exigência e valorização de profissionais competentes que não se preocupem apenas com conteúdos esportivos, mais valorizem aspectos como a incorporação da prática regular de atividade física também fora da escola, ensinando ao aluno sobre como fazer uma atividade, com que frequência, intensidade e melhor local. Que trabalhe com práticas que desenvolvam simultaneamente a capacidade de raciocínio e hábitos saudáveis, podendo então prevenir a obesidade e doenças associadas.

Jair Rodrigues Garcia Júnior

Doutor em Fisiologia Humana pela USP | Professor do Curso de Educação Física da UNOESTE

Referências:

1. Agência Estado. De olho na obesidade infantil, escolas de SP lançam programas nutricionais. 2010. Acesso em 28 de março de 2019. Disponível em: <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,de-olho-na-obesidade-infantil-escolas-de-sp-lancam-programas-nutricionais,589905>
2. Filgueiras MC, Lima NVR, Moreira AKF. Prevalência de obesidade em crianças de escolas públicas. *Rev Ciência & Saúde*. 5(1):41-47, 2012.
3. Santos AL, Carvalho AL, Garcia Júnior JR. Obesidade infantil e uma proposta de Educação Física preventiva. *Rev Motriz*. 2007;13(3):203-213.
4. Santos AL, Garcia Júnior JR. Atividade física e dieta como meios preventivos da obesidade infantil. *Rev Bras Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*. 2012;6(31):26-30. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/167/18740>
5. Fernandes MM, Penha DSG, Braga FA. Obesidade infantil em crianças da rede pública de ensino: prevalência e consequências para flexibilidade, força explosiva e velocidade. *Rev Educação Fis. UEM*. 2012;23(4):629-634. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/reveducfis.v23.4.13991>

E-mail: jgjunior44@hotmail.com | Instagram: @exercicionutri | Facebook: [Facebook.com/jgjunior44](https://www.facebook.com/jgjunior44) | Twitter: @exercicionutri

NUTRIÇÃO ESCOLAR

UM PROCESSO EDUCACIONAL BÁSICO



Com o objetivo de alertar os professores sobre como eles orientam os alunos em questões relacionadas à alimentação e perda de peso, a nutricionista e conselheira do Conselho de Alimentação Escolar do Município de São Paulo (CAE-SP), Mariana Gori, realizou uma pesquisa com 55 docentes mulheres da educação infantil e ensino fundamental I de escolas privadas das classes sociais A e B.

Inédito no Brasil, o estudo, intitulado Conhecimento, crenças, atitudes e comportamentos relacionados ao controle de peso de professores de escolas privadas de São de Paulo, apontou que 89% das entrevistadas estão insatisfeitas com a imagem do corpo e que acabam influenciando de maneira negativa os hábitos alimentares das crianças. “Há professores que aconselham os alunos – principalmente os com excesso de peso – de modo incorretos gerem padrões de beleza e classificam alimentos como proibidos e permitidos. As crianças têm os professores como ídolos. É muito importante que os docentes sejam

instruídos a como se comunicar e saibam sobre sua importância na vida dos alunos”, salienta a nutricionista.

Um exemplo mostrado no estudo é o caso de alunos com excesso de peso. Apenas metade das participantes aconselharia a criança a fazer mais atividades físicas, sendo que 20% orientariam o aluno a não comer quando estivesse triste e 25% indicariam comer somente alimentos de baixas calorias. “Quando isso acontece, as crianças vão desenvolvendo medo e uma preocupação desnecessária desde cedo em relação aos alimentos e ao corpo. Podem desenvolver comportamentos não saudáveis e de risco para transtornos alimentares, como a anorexia, bulimia e compulsão alimentar”, alerta Mariana.

Mais da metade das professoras relatou que segue um estilo próprio de dieta, ingerindo comprimidos e laxantes, aposta em dietas da moda descritas em revistas ou tenta manter a mente ocupada para evitar comer. A pesquisa mostrou outro hábito inadequado: 96% das docentes

acreditam que beber água antes das refeições ajuda a preencher o estômago e, logo, a comer menos.

NA HORA DA ALIMENTAÇÃO, PROFESSORES SÃO REFERÊNCIA PARA CRIANÇAS!

“A escolha por esses métodos é, em muitos casos, resultado da busca por informações na mídia, devido à pressão para ter um ‘corpo perfeito’, que acaba influenciando o comportamento e pode levar a transtornos alimentares”, adverte. De acordo com a profissional, esses resultados revelam que é necessário trabalhar, principalmente, a autoestima das professoras. “Elas precisam fazer as pazes com o próprio corpo e com a comida”, orienta. “Precisam saber as necessidades de cada uma e buscar orientação profissional”, observa.

Mariana Gori

CRN 41157

É Nutricionista e Conselheira do CAE/SP

"O QUE TEM DE LANCHE HOJE?"



Imagem de topntp26 / Freepik

Talvez essa seja a pergunta mais feita pelo seu filho durante o caminho para a escola. As crianças adoram saber o que há dentro de suas lancheiras, o que irão dividir e compartilhar com os colegas na hora do lanche e, principalmente, se há algum alimento bem gostoso para acabar com a fome que chega entre as diversas brincadeiras e aprendizados.

Realmente as crianças sabem o que dizem, pois às vezes classificamos como relevantes apenas as refeições mais destacadas no dia a dia, como o café da manhã, o almoço e o jantar, mas é importante sabermos que em

muitos casos o conteúdo do lanche da tarde ou da manhã influencia diretamente em um bom hábito alimentar, um jantar bem aproveitado e um crescimento garantido.

O MAIS IMPORTANTE DE CONTER NA LANCHEIRA DO SEU FILHO SÃO ALIMENTOS SAUDÁVEIS QUE TRAGAM ENERGIA, PROMOVAM A SACIEDADE E ACRESCENTEM NUTRIENTES PARA OS PEQUENOS.

Os alimentos precisam ser de fácil acesso também para que facilite na hora de comer, e que não dependam de temperaturas altas ou baixas para se manterem gostosos (e saudáveis).

EIS ALGUMAS DICAS: pães e bolos integrais e de preferência caseiros são uma ótima opção para entrarem no grupo dos carboidratos. Biscoitos de polvilho, panquecas e pipoca caseira podem contribuir para diversificar a lancheira e não cair na rotina (além de ser divertido).

As frutas servem como um perfeito acompanhamento. Evite as mais difíceis e as que contêm muitos caroços, dependendo da idade da criança. Maçã, banana, pera, uva, ameixa

podem ser enviadas inteiras para escola, facilitando o processo e preferencialmente com casca, para que possamos garantir uma boa quantidade de fibras. Laranja, manga, mexerica e abacate picados também são interessantes. Já ovos cozidos, frango desfiado, legumes picados garantem um bom aporte proteico.

E PARA BEBIDAS, O IDEAL É EVITAR SUCOS E REFRIGERANTES INDUSTRIALIZADOS; PREFERÊNCIA A SUCOS CASEIROS, CHÁS E VITAMINAS.

E por último, trazer seu filho para a cozinha na hora de preparar os lanches pode ajudar muito no conhecimento de novos sabores, despertar o interesse por novos alimentos e principalmente, deixá-lo orgulhoso de si mesmo, por comer e dividir com os amigos algo que ele ajudou a preparar.

Julia Labritz

Estagiária de Nutrição Hospital Samaritano
(11) 95120.5601



Imagem de Anton Darius | @theSollers do Unsplash

EDUCAÇÃO

PSICOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES EM TORNO DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR



A EDUCAÇÃO É A MAIOR POLÍTICA PÚBLICA DO PAÍS.

Para contextualizar a discussão sobre a formação, vou retomar rapidamente a questão “Que Psicologia é essa?” Essa é uma questão que nos fazemos com frequência quando falamos de Psicologia para o Ensino Médio. Se nós olharmos historicamente, veremos que no final do século XIX e início do século XX, a Psicologia chega ao Brasil vinculada à Educação em uma perspectiva normativa, indicando os parâmetros de desenvolvimento, de aprendizagem. Entra como ferramenta de solução de problemas da escola. Com relação a essa forma de fazer Psicologia no campo da Educação, nós recebemos muitas críticas vindas do interior da escola, dos estudiosos da Educação e de nós mesmos, da Psicologia em construção. Ao longo dos anos e como fruto das nossas atuações, reflexões e críticas, fomos transformando nossos olhares e perspectivas de atuação.

Nos tempos atuais, quando nós falamos do sujeito psicológico, falamos do sujeito histórico, de um sujeito que se constrói inserido em um contexto social, cultural, político. Falamos de uma Psicologia da compreensão, da atenção às diferenças, da escola como espaço das relações; não da escola em que recortamos o

sujeito para entendê-lo, mas da escola em que o sujeito se insere no campo do currículo, do sistema e de todas as dinâmicas sociais que envolvem e caracterizam. Quando eu falo, portanto, da Psicologia no Ensino Médio, é nessa Psicologia que estou pensando. Fazendo agora um rápido resgate histórico do ensino da Psicologia no Ensino Médio no Brasil, veremos que nós não falamos de uma novidade.

Desde 1850, com a criação do Colégio Pedro II, a Psicologia passou a figurar como conteúdo de formação dos jovens. Em 1890, ela começa a compor o currículo das Escolas Normais, das escolas de formação de professor de Nível Médio, espaço de formação em que se mantém até hoje. No Ensino Médio Regular, ela foi conteúdo obrigatório a partir da Reforma Capanema de 1942. Em 1961, tornou-se conteúdo optativo, mantendo-se assim presente como possibilidade de formação da juventude. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, conhecida como a LDB da Ditadura, a Psicologia é retirada das diretrizes de formação da juventude, assim como a Filosofia e a Sociologia. O campo das Ciências Humanas fica reduzido a História e Geografia e a um conjunto disciplinar conhecido como Organização Social e Política do Brasil.

Mais de 20 anos depois, promulga-se a LDB de 1996. Mas por que demorou tanto tempo? De 1971 aos anos 80, tivemos um longo processo de ditadura e, a partir de meados dos anos 80, houve um processo de retomada do estado democrático. Uma das consequências dessa retomada foi a Constituição de 1988 e posteriormente a LDB de 1996.

Com a LDB de 96, as Humanidades voltam para a formação do jovem no Ensino Médio; a Filosofia e a Sociologia retornam como disciplinas. A Psicologia não aparece como disciplina, mas como conteúdo transversal, nos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, e assim continua. No Estado de São Paulo, nós tivemos, a partir dos anos 80, três momentos importantes: em 1986, com a inclusão da Psicologia nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio do Estado de São Paulo, como disciplina obrigatória, que envolveu debates e trabalho conjunto envolvendo a CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), o CRP e o Sindicato dos Psicólogos e resultou na produção de conteúdo que até hoje são referência para o ensino de Psicologia no nível médio. Foi um período bastante fértil aqui em São Paulo, com vários concursos para professores de Psicologia.

No entanto, nos anos 90, a Psicologia passa a constar como disciplina eletiva, núcleo diversificado. Há iniciativas, nesse momento, de reinserção como disciplina obrigatória, novamente envolvendo as entidades da Psicologia e a CENP, mas isso não chega a acontecer. Nos anos 2000, há nova tentativa de reinserção da Psicologia como disciplina obrigatória, e o que acontece? Novas discussões, mobilização das entidades, porém em 2007 a Psicologia é totalmente retirada da formação dos jovens do Ensino Médio no Estado de São Paulo; não tendo sequer espaço no núcleo diversificado. Atualmente, Sociologia e Filosofia ainda integram as disciplinas obrigatórias do Ensino Médio em todo o País (mas, ameaçadas de serem retiradas), e a Psicologia não. O Ensino Médio regular mantém o formato disciplinar, embora haja uma série de

questionamentos sobre esse formato. A Psicologia consta nas Orientações Curriculares Nacionais e se mantém como disciplina obrigatória em cursos técnicos e profissionalizantes. Ou seja, ela está em Nível Médio, nos cursos profissionalizantes e técnicos.

O MEC (Ministério da Educação) lançou em 2012 um programa piloto denominado Ensino Médio Inovador, com formato interdisciplinar, que avançava em relação ao modelo disciplinar, e faz um convite à ABEP para participar dessa discussão. Mas, enfim, por que temos trabalhado na direção de inserir a Psicologia no Nível Médio? Porque os objetivos hoje colocados para o Nível Médio pressupõem a formação de um cidadão crítico, transformador, consciente do seu contexto, dos seus direitos, das suas possibilidades. Nos parâmetros curriculares, faz-se menção a dois processos importantes: a desnaturalização e o estranhamento, ou seja, formar um cidadão que seja capaz de se fazer perguntas, de questionar, de pensar sobre a situação atual, de não ver as representações de mundo contemporâneas como naturais, como imutáveis.

Nesta direção, nós acreditamos que as Ciências Humanas, de um modo geral, e a Psicologia, de um modo específico, têm muito a contribuir. A Psicologia, na medida em que busca compreender as subjetividades na perspectiva da cultura, da sociedade, tem desenvolvido conteúdos, conhecimentos e estratégias de ensino que vão contribuir com esta formação.

Mas, e por que como disciplina? Essa é uma questão que nos colocam sempre: “Mas por que vocês estão falando de disciplina se hoje já se fala em interdisciplinaridade?”.

Bem, apesar os esforços e discursos, o Ensino Médio continua disciplinar, e nesta perspectiva o que nós ponderamos é: como trabalhar os conteúdos da Psicologia na ausência de um sujeito, um profissional que estudou a Psicologia e que possa trabalhar em uma perspectiva de conhecimento, da pesquisa, e não do senso comum? Não adianta figurarmos como conteúdo transversal porque neste lugar

não vemos trabalhada a Psicologia, mas vemos trabalhadas as representações do que é o Psicológico a partir da experiência pessoal dos professores, portanto, a partir do senso comum. Entrando agora na questão da formação, retomo os modelos de formação do professor de Psicologia, os modelos de licenciaturas que foram aparecendo no País desde a primeira proposta, desde a primeira formulação, tentando identificar que professor é esse e em que situação se encontra agora.

A primeira proposta surgiu em 1932, no Ministério de Educação e Saúde, e nessa proposta já se evidencia a Educação como um campo de atuação da Psicologia, mas ainda não se fala em licenciatura. Em 1953, um novo projeto é formulado em um Simpósio de Faculdades de Filosofia. Já se fala em licenciatura em Psicologia e nas perspectivas das disciplinas pedagógicas: a didática, a poética de ensino, estrutura e funcionamento do ensino, mais a Psicologia Educacional

Em 1958, o Projeto de Lei 3825 traz uma proposta de regulamentação da profissão. Fala em bacharelado e licenciatura compondo a profissão de psicólogo, a licenciatura vinculada às disciplinas pedagógicas, à Estatística, Filosofia e Lógica. O substitutivo de 1959 mantém essa formulação e fala nas atuações clínica, escolar e do trabalho. Em 1962, temos no dia 27 de agosto a promulgação da regulamentação da profissão de psicólogo. Nesta regulamentação, três dimensões da atuação do psicólogo estão impostas: o bacharelado vinculado à pesquisa; a licenciatura ligada ao ensino de Psicologia e a formação do psicólogo atrelada à atuação do profissional psicólogo. Esta proposta traz uma perspectiva ampla de formação, em que ensinar a Psicologia é uma tarefa do psicólogo.

Na licenciatura o que se propõe são as disciplinas pedagógicas. Muitos de nós, que fizemos licenciatura, estudamos Estrutura de Funcionamento de Ensino, Didática, e realizamos Prática de Ensino. A Psicologia, na medida em que busca compreender as subjetividades na perspectiva da cultura, da sociedade, tem

desenvolvido conteúdos, conhecimentos e estratégias de ensino que vão contribuir com esta formação. De 1962 a 1995, vejamos quanto tempo se passou, vigorou essa regulamentação; havia discussões sobre formação, mas nenhuma ação mais direcionada à transformação dessa regulamentação. Em 1995, a Comissão de Especialistas do MEC, que cuida da questão do ensino da Psicologia, apresenta um documento reflexão sobre a formação em Psicologia. Nesse documento, a licenciatura ainda aparece vinculada especificamente às disciplinas pedagógicas. Formar professor significa ensinar legislação e metodologia e fazê-lo praticar.

Nesta regulamentação, três dimensões da atuação do psicólogo estão impostas: o bacharelado vinculado à pesquisa, a licenciatura ligada ao ensino de Psicologia e a formação do psicólogo atrelada à atuação do profissional psicólogo. Esta proposta traz uma perspectiva ampla de formação, em que ensinar a Psicologia é uma tarefa do psicólogo.

A educação, nesse documento, aparece reduzida. Fala-se de outras dimensões da atuação do psicólogo e pouco do campo de educação. Em 1996, o documento do II Congresso Nacional de Psicologia identifica questões importantes para atuação da Psicologia naquele momento. Trata da questão da avaliação psicológica, da expansão incontrolada dos cursos de Psicologia, dos estágios, das práticas alternativas, mas não fala do ensino de Psicologia; nenhuma menção há naquele documento sobre a licenciatura. No mesmo ano, a Comissão de Especialistas do MEC produz uma reflexão em que se mostra preocupada com o viés clínico da formação em Psicologia.

Em 1997, o MEC convoca as instituições de ensino para apresentar propostas para as Diretrizes Curriculares de Formação em Psicologia. Em 1999 sai a primeira versão das Diretrizes. Sabemos que essas diretrizes foram palco de disputas políticas e de discussões acadêmicas. Sabemos que as diretrizes de qualquer curso expressam contradições a respeito da compreensão de profissão, da compreensão de mundo, e as nossas diretrizes

expressam isso também. Na primeira versão propôs-se um curso único de psicólogo, envolvendo atuação profissional, pesquisa e ensino. Portanto, formar o psicólogo significava formar o profissional que atua, que pesquisa e que ensina. No entanto, essa versão aponta para a possibilidade de diferentes diplomas: bacharel, licenciado e psicólogo.

Surge a ideia das ênfases, portanto não mais áreas estanques e tradicionais, mas ênfases que podem ser definidas, escolhidas por cada instituição formadora, desde que não apenas uma. Incorpora-se nessa proposta o discurso das competências, habilidades. Revela-se aí uma visão de currículo, de formação colocada nacionalmente, em que, entre as competências do licenciado, mencionam-se os conhecimentos. O professor de Psicologia deveria ter os conhecimentos específicos da sua área, mas também deveria ter os conhecimentos relativos à formação de professores de maneira geral. O professor de Psicologia deveria ter um perfil de professor e, para isso, todas essas questões e conhecimentos seriam importantes.

Em 2001, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia e a Comissão Nacional de Ensino de Psicologia apresentam ao Ministério da Educação um documento com reflexões e questionamentos relativos proposta de diretrizes. Indicam preocupações com relação ao possível esfacelamento da formação, caso fosse centrada nas ênfases, e com a dissociação entre atuação do psicólogo e a pesquisa, o que são pontos extremamente importantes e relevantes. No entanto, essa mesma preocupação não se expressa em relação ao ensino de Psicologia.

Em 2002, um documento do

FENPB (Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira) pontua a dimensão pedagógica, porém, de forma mais restrita do que aquela expressa na segunda versão. O parecer do Conselho Nacional de Educação mantém a formulação da segunda versão e a presença das dimensões da pesquisa, do ensino e da atuação profissional. Em 2004, são aprovadas as Diretrizes Curriculares para a Formação em Psicologia, na perspectiva de atuação, pesquisa e ensino; porém, as expressões referentes à Educação são: diagnosticar, planejar e avaliar. Na minha opinião, há grande perda em relação à licenciatura. Nas Diretrizes, a licenciatura seria contemplada em projeto complementar, articulada às diretrizes de formação do professor.

Defender a Psicologia no Ensino Médio passa pela tentativa de se resgatar nas diretrizes e nos currículos a licenciatura, a formação do professor de Psicologia; passa pela articulação dos conteúdos da Psicologia com as dimensões educativas em toda a sua amplitude: política, econômica, social, cultural. Este é um momento crítico e sério porque a licenciatura e a formação do professor são colocadas na periferia da formação, à parte, de lado. Essa proposição trouxe consequências imediatas e muito importantes para a formação em Psicologia. A partir das diretrizes de 2004, muitos cursos que possuíam licenciatura extinguiram de vez a ideia de ter uma essa formação. Hoje, temos praticamente metade dos cursos de licenciatura que tínhamos antes de 2004.

Da mesma forma, perdeu-se na formação do psicólogo o espaço da formação política, cultural e histórica das questões educacionais, seja para a atuação do psicólogo escolar, seja

para a atuação do professor. Portanto, defender a Psicologia no Ensino Médio passa pela tentativa de se resgatar nas diretrizes e nos currículos a licenciatura, a formação do professor de Psicologia; passa pela articulação dos conteúdos da Psicologia com as dimensões educativas em toda a sua amplitude: política, econômica, social, cultural.

Este resgate não favorece somente a formação do professor, mas também a atuação do psicólogo nos contextos escolares e em outros contextos. O debate, em torno da licenciatura atende a um duplo propósito: ele fortalece a luta pela Psicologia no Ensino Médio, tomada como um conhecimento importante, necessário à formação de um aluno crítico, criativo e atuante. Ele problematiza a formação do psicólogo, na perspectiva da superação do viés clínico e da inserção da Psicologia no campo da maior política pública deste país, que é a educação.

Ao encerrar esta texto, gostaria de dizer que a graúna que aparece nos slides de minhas aulas tem um sentido muito importante para a Psicologia. Fomos autorizados a usar o símbolo da graúna*, quando decidimos intensificar a luta pela Psicologia no Ensino Médio. A graúna é um personagem do Henfil, que foi um cartunista que lutou contra a Ditadura; representa a resistência, o espírito crítico do jovem. É isto que eu espero que a Psicologia consiga construir nos seus próximos caminhos.

(nota do editor:

principalmente no atual cenário de desmonte da Educação Pública).



*Graúna (Henfil)

Ângela Fátima Soligo

Docente Colaboradora da Faculdade de Educação da Unicamp, Departamento de Psicologia Educacional.

Membro do Grupo de Pesquisa DiS (Grupo de Estudos e Pesquisas Diferenças e Subjetividades em Educação: estudos surdos, do racismo, gênero e infância).

Presidente da ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Presidente da ALFEPSI - Associação Latinoamericana de Formação e Ensino em Psicologia.

Coordenadora da Câmara de Ensino Médio da ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia.

www.crsp.org/site/cadernos



PHILIPPE PERRENOUD E A TEORIA DAS COMPETÊNCIAS



Se acreditamos que a formação de competências não é evidente e que depende em parte da escolaridade básica, resta decidir quais ela deveria desenvolver prioritariamente. Ninguém pretende que todo saber deve ser aprendido na escola. Uma boa parte dos saberes humanos é adquirida por outras vias. Por que seria diferente com as competências? Dizer que cabe a escola desenvolver competências não significa confiar-lhe o monopólio disso.

Philippe Perrenoud

...“ Sem limitar o papel da escola a aprendizagens tão triviais, pode-se perguntar: de que adianta escolarizar um indivíduo durante 10 a 15 anos de sua vida se ele continua despreparado diante de um contrato de seguro ou de uma bula farmacêutica?”

Segundo Perrenoud, as competências referem-se ao domínio prático de um tipo de tarefas e de situações e, neste ponto, os educadores estão certos em questionar sua teoria, mas, por outro lado, tais domínios práticos só podem ser alcançados se, junto com eles, desenvolvemos também as habilidades dos alunos, o que só se pode realizar a partir da compreensão do conteúdo que explica aquele domínio. Por exemplo, se queremos desenvolver o domínio prático da Matemática nas tarefas cotidianas dos alunos, precisamos desenvolver suas habilidades numéricas. Para tanto, precisamos introduzir conceitos sobre número, quantidade, agrupamento etc., que fazem parte do conjunto de temáticas que formam os conteúdos.

E como diferenciar as habilidades das competências? Segundo Perrenoud, as competências são traduzidas em domínios práticos das situações cotidianas que necessariamente passam compreensão da ação empreendida e do uso a que essa ação se destina. Já as habilidades são representadas pelas ações em si, ou seja, pelas ações determinadas pelas competências de forma concreta (como escovar o cabelo, pintar, escrever, montar e desmontar, tocar instrumentos musicais etc.) ...”

PHILIPPE PERRENOUD E A TEORIA DAS COMPETÊNCIAS

Sobre o desenvolvimento das competências, em seu livro, ele apresenta 10 novas competências para ensinar. Uma lista de competências necessárias aos professores para ensinar com base na sua teoria. São elas:

1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem

- Conhecer, para determinada disciplina, os conteúdos a serem ensinados e sua tradução em objetivos de aprendizagem;
- Trabalhar a partir das representações dos alunos;
- Trabalhar a partir dos erros e dos obstáculos à aprendizagem;
- Construir e planejar dispositivos e sequências didáticas;
- Envolver os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento.

2. Administrar a progressão das aprendizagens

- Conceber e administrar situações-problema ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos;
- Adquirir uma visão longitudinal dos objetivos do ensino;
- Estabelecer laços com as teorias subjacentes às atividades de aprendizagem;
- Observar e avaliar os alunos em situações de aprendizagem, de acordo com uma abordagem formativa;
- Fazer balanços periódicos de competências e tomar decisões de progressão;
- Rumo a ciclos de aprendizagem.

3. Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação

- Administrar a heterogeneidade no âmbito de uma turma;
- Abrir, ampliar a gestão de classe para um espaço mais vasto;
- Fornecer apoio integrado, trabalhar com alunos portadores de grandes dificuldades;
- Desenvolver a cooperação entre os alunos e certas formas simples de ensino mútuo;
- Uma dupla construção.

4. Envolver os alunos em suas aprendizagens e em

seu trabalho

- Suscitar o desejo de aprender, explicitar a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolver na criança a capacidade de autoavaliação;
- Instituir um conselho de alunos e negociar com eles diversos tipos de regras e de contratos;
- Oferecer atividades opcionais de formação;
- Favorecer a definição de um projeto pessoal do aluno.

5. Trabalhar em equipe

- Elaborar um projeto em equipe, representações comuns;
- Dirigir um grupo de trabalho, conduzir reuniões;
- Formar e renovar uma equipe pedagógica;
- Enfrentar e analisar em conjunto situações complexas, práticas e problemas profissionais;
- Administrar crises ou conflitos interpessoais;

6. Participar da administração da escola

- Elaborar, negociar um projeto da instituição;
- Administrar os recursos da escola;
- Coordenar, dirigir uma escola com todos os seus parceiros;
- Organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, a participação dos alunos;
- Competências para trabalhar em ciclos de aprendizagem;

7. Informar e envolver os pais

- Dirigir reuniões de informação e de debate;
- Fazer entrevistas;
- Envolver os pais na construção dos saberes;
- “Enrolar”;

8. Utilizar novas tecnologias

- A informática na escola: uma disciplina como qualquer outra, um savoir-faire, ou um simples meio de ensino?
- Utilizar editores de texto;
- Explorar as potencialidades didáticas dos programas em relação aos objetivos do ensino;
- Comunicar-se à distância por meio da telemática;
- Utilizar as ferramentas multimídia no ensino;
- Competências fundamentadas em uma cultura tecnológica.

9. Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão

- Prevenir a violência na escola e fora dela;
- Lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais;
- Participar da criação de regras de vida comum referentes à disciplina na escola, às sanções e à apreciação da conduta;
- Analisar a relação pedagógica, a autoridade e a comunicação em aula;
- Desenvolver o senso de responsabilidade, a solidariedade e o sentimento de justiça;
- Dilemas e competências

10. Administrar sua própria formação continuada

- Saber explicitar as próprias práticas;

- Estabelecer seu próprio balanço de competências e seu programa pessoal de formação contínua;
- Negociar um projeto de formação comum com os colegas (equipe, escola, rede);
- Envolver-se em tarefas em escala de uma ordem de ensino ou do sistema educativo;
- Acolher a formação dos colegas e participar dela;
- Ser agente do sistema de formação contínua.

Conclusão: A caminho de uma nova profissão?

- Um exercício estranho;
- Duas profissões em uma?
- Profissionalizar-se sozinho?

Mais tarde, Perrenoud afirma a necessidade de se desenvolver uma décima primeira competência ligada ao trabalho docente, que está relacionada à ação do professor enquanto um ator coletivo no sistema de ensino e enquanto um direcionador do movimento dos educadores no sentido da profissionalização e da prática reflexiva sobre seu próprio fazer. Diante de tais competências profissionais, devemos, também, favorecer de forma organizada o desenvolvimento das habilidades requeridas no âmbito escolar. Para tanto, devemos rever os currículos escolares de forma a permitir que os conteúdos sejam, de fato, compreendidos pelos alunos, tanto pela via intelectual, quanto pela via prática. O currículo escolar baseado nas competências.

Quando falamos de currículo, pensamos imediatamente num conjunto de matérias reunidas em torno de disciplinas a serem ministradas por professores no interior dos locais formais de educação, o que confere a tal instrumento um caráter estático, de imobilidade, dado o seu aprisionamento secular dentro deste conceito. Mas não estamos acostumados a pensar que o currículo tem vida, é móvel e aberto a alterações, mudanças, avaliações e adequações. Este é um esforço dos novos tempos e das necessidades que se apresentam atualmente no âmbito da Educação e formação das pessoas.

Philippe Perrenoud

Professor na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade de Genebra (Suíça).

Autor na área de formação de professores: Avaliação – da excelência à regulação das aprendizagens;

Pedagogia Diferenciada;

Construir as competências desde a escola;

Dez novas competências para ensinar.

POR QUE PSICOTERAPIA FAMILIAR?



sentimentos e emoções, possam ao ouvirem os relatos, uns dos outros, desenvolver empatia, e assim repensar o lugar que cada um ocupa, e o quanto e como podem refletir e mudar as suas posições para ajudarem-se coletivamente.

Durante as sessões familiares abrem-se espaços para que todos participem e se sintam valorizados em seus pensamentos e sentimentos, enfatizando a possibilidade de fortalecimento de todo o grupo, com mais união na busca de formas mais eficazes de relacionamento. O desenvolvimento de cada grupo...

(continua)...

Rita de Jesus Leria Aires

CRP 06/6399

Psicoterapeuta Individual, Familiar e de Casal
(11) 94891 - 3910

Há muito tem-se percebido que os seres humanos transformam e são transformados pelo meio em que vivem (meio natural e meio social - contextual), o que constitui-se em parte integrante de seu contexto familiar.

Quando atento numa criança ou um adolescente que apresenta determinadas dificuldades em seu desenvolvimento biopsíquicosocial, percebo que está demonstrando que o meio em que

vive também encontra-se em dificuldades, e que estas são mantidas por seus integrantes, sem que, às vezes, sequer percebam qual o papel cada um está ocupando nesta dinâmica, o que impede o resgate dos potenciais necessários para gerar as mudanças desejadas.

A psicoterapia familiar vem abrir novas possibilidades para que estes membros, ao exporem e conversarem sobre suas preocupações,

MEDIAÇÃO ESCOLAR CONFLITOS E SOLUÇÕES



dificuldades para a contenção de focos de violência dentro das escolas.

“A violência, tanto na educação como no conjunto das sociedades constitui-se como uma forma de expressão para aqueles que não tem acesso à palavra” (Marcelo R. Guimarães, 2004) ou outras formas de expor seus sentimentos. No intuito de conter o avanço da violência propõe-se um novo complexo de ferramentas de educação pelo qual se ensina a não violência, a pacificação das relações, a gerência de conflitos, pela técnica da convivência através da comunicação participativa e de cooperação...

(continua)...

“A mediação escolar é uma metodologia e um processo de aprendizagem. Seu objetivo é que os participantes possam tratar os conflitos de forma consensual e desenvolver habilidades de comunicação e negociação para a busca de soluções conciliadoras.”

O mundo se encontra frente a um processo de Globalização (já com diversas críticas) que tem trazido novas formas de pensar, de se relacionar, de interagir socialmente e de se comunicar.

Os jovens registram estas mudanças de muitas maneiras, e, às vezes, por insegurança, pelas novas cobranças e pelo contexto social, propicia-se o surgimento de diversas e inúmeros conflitos, o que várias vezes gera as condições para o surgimento e

Instituto THEM

www.institutothem.com.br

(11) 2979.7430 | (11) 95350.0016

INCLUSÃO: EDUCAÇÃO ESPECIAL UM DRAMA ÉTICO NO BRASIL



instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

***1999 - Decreto nº 3.298:** dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. A educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

***Resolução da Câmara de educação básica do Conselho nacional de educação (CNE/CEB) nº 4:** institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Também aborda, no artigo 16, a organização do sistema nacional de certificação profissional baseado em competências.

***2001 - Resolução CNE/CEB nº 2:** institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

***Parecer CNE/CP nº 9:** institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior. Estabelece que a educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos docentes das diferentes etapas inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

***Parecer CNE/CEB nº 17:** Destaca-se por sua abrangência, indo além da educação básica, e por se basear em vários documentos sobre educação especial. No item 4, afirma que a inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como de desenvolver o potencial

A legislação federal transfere para os estados – entes federados – a tarefa de oferecer cuidados e atenção especiais dentro de um sistema integrado e eficiente de Educação Inclusiva. Não é o que acontece em São Paulo (no município e no estado), por exemplo, onde as políticas recessivas ditas de gestão e enxugamento da máquina abandonaram estas diretivas em educação e saúde (prioridades entre outras), colocando em risco um número significativo de famílias. Os cortes abruptos são proposições constantes nas reformas feitas pelo governo Federal – MEC – que paulatinamente vem desmontando os aspectos humanitários e social das políticas de inclusão, e concomitantemente transferindo suas competências para a iniciativa privada (mercado) dentro de uma perspectiva neoliberal, cujos objetivos são bem diferentes dos preconizados pelos governos anteriores a 2016. Basta ver os desvios no orçamento, os salários defasados dos profissionais, o sucateamento das estruturas físicas das unidades e o abandono dos programas. Os impostos, contudo, continuam sendo cobrados, e são altos e muitos!

O QUE FOI DEFINIDO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

***1988 - Constituição federal: Artigo 205** define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

***1994 - Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793:** recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes.

***1996 - Lei nº 9.394 - Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB):** define educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das

dessas pessoas.

***2002 - Lei nº 10.436:** dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados.

***Portaria MEC nº 2.678:** aprova o projeto da grafia braille para a língua portuguesa, recomenda seu uso em todo o território nacional e estabelece diretrizes e normas para a utilização, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

***2003 - Portaria nº 3.284:** Site externo dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

***2004 - Programa universidade para todos (PROUNI):** Cotas - O programa do Ministério da Educação concede bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes. Pessoas com deficiência podem concorrer a bolsas integrais.

***2005 - Programa de acessibilidade no ensino superior (Programa incluir):** propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (ifes). O principal objetivo é fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nessas unidades, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

***Decreto nº 5.626 Site externo:** regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; a formação e a certificação do professor, instrutor, tradutor e intérprete; o ensino de língua portuguesa

como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

***2007 - Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):** recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE).

Decreto nº 6.094: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas.

***2008 - Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva:** documento de grande importância, fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional desde o título: "na perspectiva da". Ou seja, ele indica o ponto de partida (educação especial) e assinala o ponto de chegada (educação inclusiva).

***Decreto legislativo nº 186:** aprova o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. O artigo 24 da Convenção aborda a educação inclusiva.

***2009 - Decreto executivo nº 6.949:** promulga a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo.

***Resolução MEC CNE/CEB nº4:** institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Afirma que o AEE deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular.

***2011 - Plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência (Plano viver sem limite)** no art. 3º, estabelece a garantia de um sistema

educacional inclusivo como uma das diretrizes. Ele se baseia na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que recomenda a equiparação de oportunidades. O plano tem quatro (4) eixos: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. O eixo educacional prevê:

- Implantação de salas de recursos multifuncionais, espaços nos quais é realizado o AEE;

- Programa escola acessível, que destina recursos financeiros para promover acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva;

- Programa caminho da escola, que oferta transporte escolar acessível;

- Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec), que tem como objetivo expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país;

- Programa de acessibilidade no ensino superior (Incluir);

- Educação bilíngue – Formação de professores e tradutores-intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras);

- BPC na escola.

***Decreto nº 7.611:** declara que é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes.

***Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 06:** dispõe sobre avaliação de estudante com deficiência intelectual. Estabelece que cabe ao professor do atendimento educacional especializado a identificação das especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum. Por meio de avaliação pedagógica processual, esse profissional deverá definir, avaliar e organizar as estratégias pedagógicas que

contribuam com o desenvolvimento educacional do estudante, que se dará junto com os demais na sala de aula. É, portanto, importantíssima a interlocução entre os professores do AEE e da sala de aula regular.

***2012 Decreto nº 7.750:** regulamenta o Programa um computador por aluno (PROUCA) e o regime especial de incentivo a computadores para uso educacional (REICOM). Estabelece que o objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática.

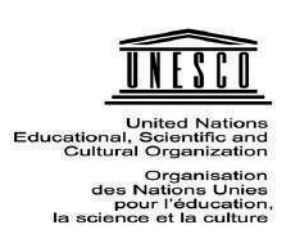
***2013 - Parecer CNE/CEB nº 2:** responde à consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao ensino médio: “O IFES entende que a ‘terminalidade específica’, além de se constituir como um importante recurso de flexibilização curricular, possibilita à escola o registro e o reconhecimento de trajetórias escolares que ocorrem de forma específica e diferenciada”.

***2014- Plano nacional de educação (PNE):** define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A meta 4, sobre educação especial, causou polêmica: a redação final aprovada estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Constituição federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para todas as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”.

***Portaria interministerial nº5:** trata da reorganização da Rede nacional de certificação profissional (Rede Certific). Recomenda, entre outros itens, respeito às especificidades dos trabalhadores e das ocupações laborais no processo de concepção e de desenvolvimento da certificação profissional.

***2015 - Lei nº 13.146 – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI):** o capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.

***2016 - Lei nº 13.409:** dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. O cálculo da cota será baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Organismos internacionais como a UNESCO fazem intervenções importantes e esta apontou diversas necessidades e objetivos para os países até então integrantes do quadro econômico favorável – o Brasil alcançou o patamar de sexta economia mundial, embora internamente muito ainda estivesse para ser feito e alcançado, condições aceitas pelo Brasil que via na Educação de qualidade para

todos, e em todos os níveis, a porta de entrada e meio caminho para o desenvolvimento pleno e justo de toda a sociedade.

2015 - Objetivos de desenvolvimento sustentável: dão continuidade aos Objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM – consagrados pela UNESCO) e valem de 2015 até 2030.

São 17 objetivos e 169 metas sobre erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, entre outros. O objetivo 4 é assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Infelizmente, estes objetivos vêm sendo totalmente desrespeitados pelas atuais administrações federal, estadual e municipal, desde 2016.

- Meta 4.1: até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;

- Meta 4.5: até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

- Meta 4.7: construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Marta Gil

Coordenadora executiva do Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas, consultora da série “O futuro que queremos – Trabalho decente e inclusão de pessoas com deficiência” (OIT e Ministério Público do Trabalho), responsável pela elaboração da Metodologia SESI SENAI de gestão da inclusão na indústria, Fellow da Ashoka Empreendedores Sociais.

Nota do Editor: Este artigo originalmente publicado em fevereiro de 2013 e atualizado pela autora em setembro de 2017.

FONTE: <http://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>



QUEM GANHA COM A INCLUSÃO ESCOLAR?

A inclusão no ambiente escolar, pela sua atualidade, ainda é um desafio para todos, já que envolve desde questões estruturais até a formação de uma equipe bem preparada. Entretanto, uma escola que pratica a inclusão não está apenas cumprindo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LEI N° 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL no seu Capítulo V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL), mas está, fundamentalmente, demonstrando sua preocupação com a formação de seus alunos, aos lhes oferecer a oportunidade de conscientização sobre o respeito às diferenças individuais.

Pesquisas indicam que os alunos especiais aprendem melhor e mais rapidamente mediante a aplicação de modelos positivos, vivenciados com os colegas e contando com a ajuda do grupo, e que lidam melhor com suas dificuldades e limitações na convivência com os demais. O grupo, por sua vez, integrado, aprende a lidar com as diferenças individuais, respeitando o outro e compartilhando o processo da aprendizagem. O artigo 58º. nas alíneas I, II e III da referida Lei deixa claro quais são os atributos necessários para a inclusão positiva e produtiva.

Tanto quanto os alunos, os professores também necessitam

sentir-se incluídos. Nos projetos de formação necessitam ser consideradas a pessoa do professor, os alunos, a equipe escolar, a gestão e os funcionários. Quando todos acreditam no potencial humano acima de qualquer diferença ou incapacidade, o processo de inclusão educacional e social ocorre de forma respeitosa e progressiva...

(continua)...

Lucinda Aurelia Leria Aires

Psicopedagoga
(11) 96838.5626

Imagem de Rebecca Zaal do Pexels



A CERÂMICA COMO RECURSO E LINGUAGEM DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES DE RISCO



Cerâmica Marajoara (Brasil)



Cerâmica Grega

RESUMO

Este trabalho é o desdobramento da pesquisa realizada no mestrado e visou buscar a compreensão de como a produção plástica, através de oficinas de cerâmica com recorte focado na Arte e Arteterapia, e projetos sociais inseridos em comunidades puderam contribuir com o resgate de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Foi criado um projeto denominado Ser Âmica: A Modelagem de Um Novo Amanhã, localizado no Instituto Movere de Ações Comunitárias em Artur Alvim, zona leste da capital paulista, onde montou-se um ateliê completo para atender ao público alvo desta pesquisa, com idade entre sete e dezoito anos.

Após realização de 300 oficinas, num período de três anos, foram encontrados elementos que permitissem a reflexão sobre o potencial de oficinas culturais e seus desdobramentos para compreender o processo individual de cada aluno na formação de cidadãos

mais conscientes da realidade em que vivem, possibilitando, desta maneira, o vislumbre de um futuro melhor através das contribuições que o diálogo com a arte e a cerâmica pode representar ao seu desenvolvimento pessoal e social. Em nenhum momento houve pretensão de tornar os jovens atendidos em ceramistas profissionais. Buscou-se, antes, possibilitar aos atendidos um reencontro de si no resgate da autoestima e do autoconhecimento (PEREIRA, 2018).

Palavras-chave: Adolescentes, Projeto social, Arteterapia, Cerâmica.

INTRODUÇÃO

O projeto social Ser Âmica: A Modelagem de Um Novo Amanhã foi criado em São Paulo - SP no ano de 2007, para estabelecer um diálogo entre culturas distintas, contribuir junto ao processo sócio educacional, ao conectar conhecimentos e saberes através do manuseio do barro para permitir a ampliação do entendimento da realidade vivida por cada

jovem atendido e, assim, proporcionar opções para as transformações necessárias em aspectos que tangem a solidariedade, a tolerância, a luta pela igualdade e pelo respeito a si mesmo e às diferenças (PEREIRA, 2018) Com o recorte a partir da sua dimensão social, a Arte e a Arteterapia propiciaram os processos de experimentar e refletir socialmente, nos quais cada adolescente foi preparado para estabelecer a sua relação com o seu entorno (família, escola, sociedade) e, assim, ampliar a sua consciência acerca de suas potencialidades de atuação sobre o mundo (BERNARDO, 2013).

Com a possibilidade de ponderar sobre suas atitudes, comportamentos e valores, foram fornecidas oportunidades e recursos como forma de estímulos, através de vivências teórico-práticas - logos e práxis. O objetivo deste estudo foi desenvolver oficinas de cerâmica utilizadas como recurso arteterapêutico para resgatar a autoestima, autoconfiança e autoconhecimento através do empoderamento pessoal e desenvolvimento de habilidades com o público alvo, constituído por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em Artur Alvim, extremo leste da capital paulista (PEREIRA, 2018)

METODOLOGIA

Foi utilizado o delineamento quantitativo e analítico, cujos resultados práticos surgiram a partir das diversas vivências e técnicas utilizadas nas oficinas (MINAYO, 2015). Embora o projeto exista desde 2007, para a pesquisa de mestrado, foram considerados as três últimas etapas (2014 a 2017), nos quais foram realizadas trezentas oficinas práticas intercaladas em diversas técnicas da cerâmica, trabalhos onde práxis e logos estiveram empiricamente ligados um ao outro.

A pesquisa foi dividida em três capítulos: 1 - Projetos sociais em comunidades na abordagem de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; 2 - O projeto social Ser Âmica; 3 - A execução do projeto Ser Âmica - práxis e logos. No primeiro capítulo,



Alunos do projeto Ser Âmica

foi possível entender a trajetória e o surgimento das ONGs no Brasil e a importância dos trabalhos sociais realizados por elas. Foi através das Organizações Não Governamentais que se iniciou o trabalho de movimentos sociais e lutas de classes que começaram a dar voz aos menos favorecidos. A ditadura militar excluiu muita gente, jogando-os à margem da sociedade e, através do trabalho efetivo das associações, posteriormente denominadas ONGs e atualmente conhecidas como Terceiro Setor, é que as comunidades puderam seguir com novos rumos no mundo globalizado no que tange ao trabalho humano (GOHN, 1999).

O segundo capítulo trata diretamente do projeto Ser Âmica, desde a sua formação inicial ao formato que segue hoje. O escopo do atendimento sempre foi o de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Inicialmente, o projeto abordava somente a questão estética do barro, focado na produção para venda das peças (DALGLISH, 2008; FRONTANA, 1999; GUTIERRA, 2003).

No terceiro capítulo foram descritas e ilustradas as vivências das oficinas e tudo o que as práticas dos processos refletiram na vida dos jovens. Foi possível verificar através dos depoimentos de alunos, ex-alunos e monitores os resultados palpáveis que mostraram a importância e o impacto de projetos socioculturais ao serem inseridos em comunidades com o objetivo de dirimir a violência (BACHELARD, 2013; MATTAR, 2010).

RESULTADOS

Após perceber as melhorias comportamentais, foi necessário recorrer a outros recursos para dar mais subsídios ao trabalho e, desde 2010, a Arteterapia foi incluída como ferramenta nas oficinas de cerâmica. Foi abordada também a importância da formação educacional em Arte para o desenvolvimento social de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. No terceiro capítulo foram descritas e ilustradas as vivências Arteterapêuticas e tudo o que as práticas dos processos refletiram na vida dos jovens (ANDRADE, 2000; PAÍN, JARREAU, 1996).

Foi possível verificar através dos depoimentos de alunos, ex-alunos e monitores os resultados palpáveis que mostraram a importância e o impacto de projetos socioculturais ao serem inseridos em comunidades com o objetivo de dirimir a violência. Tais projetos poderão propiciar experiências sensíveis sob os territórios infinitos de cada ser humano (PEREIRA, 2018).

A sociedade precisa acordar da letargia de cobrar do governo ações que podem ser realizadas por cada indivíduo, quando este se propuser pensar em como poderá mudar a realidade ao seu entorno. A experiência é única e só pode ser vivenciada por cada um, de forma ímpar (DEWEY, 2010). Portanto, fazer o bem só dará retorno positivo a quem o faz. Como? Através de ações simples, pautadas na ética, com valores que as gerações contemporâneas têm perdido, tornando-se

cada vez mais a geração da intolerância e do ódio.

A sociedade atual tem baixa tolerância ao que é incomum (diferente). O novo é tratado com desprezo. Bullying nas escolas e nos ambientes de trabalho são recorrentes e infelizmente, pouco punidos ou repreendidos (FONTELES, BARON, FARIA, E GARCIA, 2009). Embora plural, o Brasil está longe de respeitar as diferentes raças, crenças e etnias que abriga em sua nação. Infelizmente, além de questões políticas que atrasam os países de terceiro mundo, o preconceito atrasa as pessoas que neles vivem e o Brasil tem disparidades ímpares neste quesito (JOSSO, 2007).

Por isso a importância de tentar tratar estes valores distorcidos através de formas de educação, sejam elas formais ou não, que possam introduzir valores para a construção de uma sociedade e de uma nação mais igualitária, democrática e consciente. O desenvolvimento de um país, depende do desenvolvimento de cada ser humano que nele habita (BARBOSA, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A motivação subjacente a pesquisa realizada no mestrado foi a abertura da aprendizagem utilizando o material mais primitivo que se tem registro e acompanhou o homem e sua evolução: o barro.

A partir da modelagem da argila, personificada na modelagem de si mesmo, a Arte e a Arteterapia propiciaram uma importante reflexão sobre o trabalho



Mãos do aluno Guilherme Justino torneando o mundo simbolicamente - São Paulo | Fonte: Fabio Queiroz, 2016

com adolescentes em situação de vulnerabilidade social nos últimos três anos de execução do projeto Ser Âmica, de forma que foi possível observar uma metodologia intuitiva e sensível, não só na expressão, mas no domínio dos processos e procedimentos, que foram aplicadas de forma plural nas execuções das oficinas (PEREIRA, 2018).

As oficinas e vivências externas aplicadas dentro projeto Ser Âmica

possibilitaram ampliar o contexto cultural da realidade de cada jovem, potencializando o aumento do seu capital cultural para processar os conteúdos trazidos nas vivências (BOURDIEU, 2005). O Ser Âmica buscou reafirmar os benefícios da atuação de projetos culturais em que a cerâmica foi utilizada como instrumento da Arte e da Arteterapia, com a influência da modelagem do barro no processo socioeducacional. O nome do projeto sintetiza exatamente isso: Ser Âmica.

Através da cerâmica, cada adolescente pode remodelar-se como um novo "Ser" e/ou moldar-se em bases legitimadas e exitosas historicamente. Com isso, objetivou-se o comprometimento de transformar Arte e Arteterapia em responsabilidade social, visando o desenvolvimento sócio-histórico-cultural dos adolescentes e da comunidade à qual estão inseridos e ganhando transpor os umbrais do gueto (PEREIRA, 2018).

Elainy Mota Pereira

Mestre em Arte pela UNESP - Doutoranda Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho | elainymota@gmail.com

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. Q. *Terapias expressivas: Arteterapia*. São Paulo: Vetor, 2000.
- BACHELARD, G. *A água e os sonhos: ensaios sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BACHELARD, G. *A terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BARBOSA, A.M. *A imagem no ensino das Artes: anos 80 e novos tempos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- BERNARDO, P. P. *A prática da Arteterapia: correlações entre temas e recursos, volume I*.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Perspectiva: 2005.
- DALGLISH, Lalada. *Noivas da seca - cerâmica popular do vale do Jequitinhonha*. São Paulo: Unesp, 2008.
- DEWEY, J. *Arte como Experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FONTELES, B., BARON, D., FARIA, H., & GARCIA, P. (2009). *Arte e cultura para o reencantamento do mundo. Caderno de proposições para o século XXI*. São Paulo: Instituto Pólis.
- GOHN, M. G. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999.
- GUTIERRA, B.C.C. *Adolescência, Psicanálise e Educação – O Mestre "Possível" de Adolescentes*. São Paulo: Avercamp, 2003.
- JOSSO, M-C. *Educação*. Porto Alegre: no XXX, n. 3 (63), Pp. 413-438, set./dez. 2007.
- MATTAR, S. *Sobre arte e educação: Entre a oficina artesanal e a sala de aula*. Campinas, SP: Papyrus, 2010.
- MINAYO, M. C.S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- PAÍN, S.; JARREAU, G. *Teoria e técnica da arte: a compreensão do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PEREIRA, E. M. *A Cerâmica na Arteterapia: Projetos e ações socioculturais como antídoto à violência*. São Paulo: Instituto de Artes – UNESP, 2018.

MÍDIA E COMUNICAÇÃO: ÉTICA, AFETOS E COOPTAÇÃO NA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO.



o conteúdo do parágrafo acima?

A ética comunitária ou coletiva reserva de sentido para o liberalismo político desceu pelo ralo. Daí, a margem para que se multipliquem no novo espaço público, publicitário ou cibernético, todas as taras que sempre construíram o outro lado da moeda moral. A mídia de hoje, com raras exceções, passa ao largo das virtudes cívicas implicadas no esclarecimento, que vem se tornando desnecessárias pelo mercado do entretenimento e do falatório (SODRÉ; PAIVA, 2011, p.26).

A ausência de ética dos emissores ao emitirem as mensagens aos seus receptores se coaduna com as teorias da 'Pós-modernidade'? E com a 'Pós-verdade'?

É possível sim, pois, nota-se que, muita coisa mudou com a queda do muro de Berlim em 1990, dando a maior abertura para a cobertura de informações e notícias globais, na 'Pós-modernidade', bem como uma avalanche de boatos e inverdades, quando emitidas, não dão ênfase para a verdade factual, ou seja, aquilo que de fato aconteceu ocasionado a 'Pós-verdade'.

Defenderei aqui a ideia de que a pós-verdade, longe de ser um aprofundamento do programa cultural e político do pós-modernismo, é uma espécie de reação negativa a esta. A pós-verdade é o falso contrário necessário do pós-modernismo (DUNKER, 2017, p.12).

Verifica-se, com a ausência da ética concomitante ao surgimento da Pós-modernidade e da Pós-verdade, precedentes nada ortodoxos emergiram nas sociedades do mundo, ou seja, os boatos e inverdades tomaram a frente da verdade factual, aparecendo com frequência, o sensacionalismo, tomando muitos indivíduos e grupos pela emoção e irracionalidade, enfim, o sujeito fica alienado.

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim quanto mais contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato dos seus próprios gestos já não serem seus, mas de um ou outro que nos representa por ele. É

A (DES) EDUCAÇÃO PELA IMAGEM

RESUMO

Trata-se de um artigo sobre "mídia e comunicação: ética, afetos e cooptação na sociedade do espetáculo", descrevendo as formas com que a mídia se comunica e suas estratégias sensíveis de cooptar o receptor das suas mensagens pelos afetos, medo e esperança, sem se preocupar com a Ética. Tudo se desenvolve por meio de sucessivos espetáculos que ocasionam uma sequência de imagens oriundas das relações sociais entre as pessoas que não conseguem identificar/diferenciar a realidade da ficção, tornando-se passivas frente a avalanche das inverdades ventiladas nos meios de comunicação. Para isso, foi utilizado como base para o artigo o livro: A sociedade do espetáculo, de Guy Debord e sua visão sobre o capitalismo imagético.

Palavras-chave: Mídia, Ética, Afetos, Cooptação, Sociedade do espetáculo.

Atualmente, muito se fala sobre a ética nos mais variados campos de atuação, dentre eles, a comunicação. Independentemente das áreas e subáreas, a comunicação se destaca entre todos os segmentos, pois, é

por intermédio dela que a mensagem é emitida ao receptor. Nesse sentido -intermediação- se pressupõe a existência de inúmeros conflitos entre as variadas informações e as notícias captadas pelo emissor. Não esqueçamos que o emissor final (mídia em geral - veículos de imprensa, no caso), necessariamente, depende de profissionais que podem ou não possuir ética, o que pode ser bom ou ruim, dependendo do caráter e do interesse da instituição a qual trabalha. A ética é uma espécie de freio aos limites do homem ou instituição, fazendo com que permaneçam intactos os valores existentes na moral individual ou coletiva.

Assim imaginemos: e quando não há ética? Conforme explicamos acima, sem ética não há limites e, sem estes, as pessoas não se preocupam com os valores e princípios do indivíduo e da sociedade. No caso específico dos jornalistas que estão incumbidos de emitir a informação ao público receptor, devem embasar no compromisso histórico, não só de assegurar ao cidadão a garantia da narrativa dos fatos, como também a garantia da liberdade civil calcada na liberdade de expressão como direitos constitucionais. Mas, e se o jornalista ou a instituição a qual pertença, não possuir ética? Serão levados em conta

por isso, que o espectador não se sente em casa em lugar algum, pois o espetáculo está em toda parte (DEBORD, 1997, p. 24).

Hodiernamente, muito se vê que os boatos e as inverdades são meios sensíveis de comunicação para obter algum êxito, de acordo com o interesse deflagrado. A mídia em geral denominada sensacionalista utiliza-se desses meios como mensagens para a cooptação do público, assim como outras instituições, sejam públicas ou privadas, como os partidos políticos por exemplo.

Há diversos fatores para a criação de notícias falsas. Alguns deles são as descrenças na imprensa e utilização das fake news como um negócio, para atingir objetivos de interesse próprio. Em estudos sobre os motivos pelos quais são feitas as fake news, chegou-se ao seguinte resultado: os motivos podem ser um jornalismo malfeito; paródias, provocações ou intenção de "pregar peças"; paixão; partidarismo; lucro; influência política e propaganda (SITE POLITIZE! 01/11/2017).

Há um conflito claro entre informação e desinformação. A mídia e seus respectivos canais muitas vezes estimulam esse embate. Geralmente, a informação acompanha a realidade e a desinformação a deturpa ou atua no campo da ficção, enfim, não acompanha a análise ou verificação dos fatos. A desinformação gera boatos, inverdades, fake news, transformando uma realidade em uma ficção ocasionando um verdadeiro vale tudo midiático, onde se exploram as imagens que resultam das relações sociais de uma forma nada convencional.

Nota-se que no campo político é onde mais se deflagram boatos e inverdades, denominadas de fake news, termo este que apareceu com peso na campanha eleitoral norte-americana para a presidência da República. Na última campanha eleitoral travada nos EUA disputada entre Hilary Clinton e Donald Trump, as fake news foram utilizadas em massa na mídia geral, especificamente, nas redes sociais, principalmente, pelo empresário candidato, que se utilizou do discurso do blefe, enunciando meras informações e notícias sem fundamento histórico, sem ligar para a verdade factual e muito menos para as críticas.

As táticas e estratégias de Donald Trump deram tão certo para seus



Imagem de rawpixel.com do Pexels

interesses que conseguiu vencer o pleito eleitoral com inverdades no conteúdo dos seus discursos, conseguindo envolver parte da massa de eleitores, bem como dos delegados distritais. Podemos adequar Trump com a velha raposa de Maquiavel, pois foi arguto utilizando-se da astúcia ao emanar inverdades, porque sentiu que o jogo poderia ser jogado com requintes de vale tudo, como também usou a fúria dos leões, apropriando, no conteúdo dos seus discursos cada vez mais destemperados, material contra parte da mídia americana, e, claro, contra a sua adversária política.

As informações falsas ou fake news, são lançadas na mídia e a "massa" pouco se preocupa com o seu real conteúdo, não consegue analisar se o que foi noticiado é verdade ou não, principalmente, nas redes sociais, em que os usuários estão em grande parte dominados pelos afetos humanos negativos, como o ódio e a rejeição, tornando-os irracionais na maior parte do seu tempo, (vide seus compartilhamentos sequenciados.)

Vivemos atualmente, na sociedade do espetáculo, em que as relações sociais são supérfluas e mediadas por imagens, despertando desejos de consumo pelos seus leitores, momento este em que se encaixa qualquer tipo de produto que leva à espetacularização sem limites, sem parâmetros, proporcionando uma avalanche de boatos e mentiras, independentemente de serem as réplicas efetivas e reais, mas

muitas das vezes sem êxito, fazendo da inverdade uma verdade.

As imagens questionadas por Debord em sua obra são aquelas em que o homem se torna passivo mediante as circunstâncias trazidas pelo capitalismo voraz. As relações sociais são afetadas com a construção imagética negativa que atingem os valores morais.

Ninguém se interessa pela realidade dos fatos, ou seja, a realidade pouco afeta as relações sociais e sim a ficção predomina como se fosse à realidade. Portanto, é notória a troca da realidade pela ficção, momento extraordinário, que faz os homens a viverem e conviverem em uma espécie de representação, firmando um mundo de aparência baseado no consumo excessivo.

O consumo a que me refiro é aquele movido pelo excesso de boatos, notícias, dados e informações falsas, ou fake news que circundam as relações sociais frívolas entre os homens, que levam em baciadas ao mercado, por intermédio da mídia e redes sociais, numa espécie de narcisismo às avessas.

No bojo da sociedade, preexiste um mecanismo de espetáculos em cascata em que a imagem passa a ser uma forma perversa de consumo, ou seja, um constructo corriqueiro de construção e desconstrução imagético embasado naquilo que é inverídico e interessante como uma estratégia sensível da comunicação.

A sucessão de espetáculos é tão intensa que, as inverdades baseadas no consumo de imagens acabam sendo em tempo real e seus ícones são percebidos imediatamente, haja vista que o compartilhamento das mesmas pelos usuários incautos espalha-se como uma espécie de contágio patológico.

A sociedade do espetáculo se engendra melhor nas sociedades democráticas pela forma difusa, onde o poder emana do povo e este nada mais é que um grupo de indivíduos que formam uma nação ou um conjunto de cidadãos em multidão que se relacionam entre si, por intermédio de suas classes, ou seja, a relação social, embora a sociedade do espetáculo também possa ocorrer pelo meio concentrada, como Debord comenta em seu livro, nos sistemas ditatoriais e comunistas.

Só o regime democrático proporciona a liberdade das relações sociais e suas consequências positivas e negativas como resultado. Para tanto, a mídia tem fator preponderante nas mediações dessas supostas relações.

Considerando o papel que a mídia ocupa na política contemporânea, somos obrigados a perguntar: em que tipo de mundo e de sociedade queremos viver e, sobretudo, em que espécie de democracia estamos pensando quando desejamos que a sociedade seja democrática? (CHOMSKY, contracapa).

Atualmente, não há diferenciação entre classes ou entre cidadãos quando se trata de consumo das imagens oriundas das relações sociais capitalistas, ou seja, quase todos deixam se envolver pela espetacularização imagética, fruto de boatos, inverdades e fake news, até porque, as pessoas são pinçadas pelos afetos que estimulam o consumo, pelo desejo e necessidade de compartilhar.

Independentemente de pequenos ou grandes grupos que complementam a sociedade; é bem verdade que em todo meio social há aqueles que são mais fáceis de manipular do que outros, mas para não generalizar, existem sim, pessoas consideradas especialistas em assuntos dessa natureza que são perspicazes na verificação, como alguns estudiosos, intelectuais e outros que acabam fazendo parte de pequenos grupos seletos que detém a capacidade de detectar a crueldade perversa

da espetacularização das imagens, o que Lippmann chama de pessoas que analisam, executam, tomam decisões e administram as coisas nos sistemas político, econômico e ideológico.

E, por outro lado, para Lippmann, os que não compõem esse pequeno grupo, ou seja, a maioria da população, denominam-se de “rebanho desorientado”. CHOMSKY (2013) também descreve que aqueles que estão fora do pequeno grupo, a grande maioria da população, são o que Lippmann chamava de “rebanho desorientado”.

Claro que o pequeno grupo se refere às pessoas com perspicácia para verificação das imagens resultantes das relações sociais e o remanescente será o rebanho desorientado, que também engloba homens e mulheres com nível de escolaridade baixa e alta, mas sem a capacidade e competência de análise das imagens capitalistas vorazes. Esse rebanho desorientado é capaz de atrocidades enormes seja de forma consciente (quando compartilha algo intencionalmente, mesmo não sendo real e sim ficção) e inconsciente, (quando compartilha algo por imprudência, imperícia ou negligência, sem utilizar-se do dolo, devido à ausência de cautela).

O canal utilizado na prática para o alcance do objetivo final -- o emissor, quando emite a mensagem como meio para o receptor -- é a mídia que enseja a manipulação, por meio de estratégias sensíveis de cooptação. Há inúmeros exemplos da captação na história, desde os romanos com as grandes festas para o povo nas arenas de gladiadores - pão e circo romano, como as táticas nazistas do antigo governo alemão administrado por Hitler -, bem como o lançamento no mercado de produtos e mercadorias que despertam o desejo e criam a necessidade dos consumidores.

A mídia costuma empregar a massificação das informações pelos seus canais cooptando a maioria do corpo social. Geralmente, aplica discursos direcionados no campo político no sentido de energizar a população com aquilo que pretende alcançar, seja em época de eleição, seja em época de copa do mundo, seja em época de olimpíadas e outros grandes eventos.

Envolve a massa, atingindo os seus afetos, e manipulando os seus desejos, sempre com uma intenção de bastidores que possa beneficiar a si mesma

ou a quem ela apoia. Em quase todos os momentos que a mídia lança informações, notícias e dados para a sociedade por meio dos seus canais, aplica o discurso do medo. O afeto e o medo são o mais salientados para aglutinar indivíduos, grupos e classes sociais.

A instilação coletiva do medo (tida por Hobbes como a emoção fundamental) faz parte de estratégias contemporâneas de controle de comportamentos que baseiam seus recursos retóricos na semiose da velha propaganda política (SODRÉ, 2006, p.75).

Outro afeto que a mídia procura atingir é a esperança. Um povo com esperança é sempre mais receptivo. O discurso esperançoso é sempre aquele sentimento de que aquilo que se deseja é possível de se alcançar. E de acordo com a mídia, sempre que leva uma informação esperançosa, faz crer que há uma possibilidade na linha do horizonte.

A dobrada dos sentimentos medo e esperança é uma espécie de gangorra para a mídia, pois, quando pende para o lado do medo, unifica o corpo social em torno de um perigo iminente ou a uma ameaça de lesão de um direito adquirido, fazendo com que os indivíduos e grupos gravitem em torno de si mesmos formando um bloco na proteção e defesa. Agora, quando pende para o lado da esperança, configura-se uma confiança de buscar e conseguir aquilo que se deseja como possibilidade.

O espetáculo é a ascensão da cooptação do receptor por meio dos afetos.

Entretanto, para Debord, certamente movido pelas concepções vinculadas a Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Marcuse e outros) no sentido de uma sociedade regida por um “tipo de administração total”, o espetáculo converte-se num conceito unificador de uma enorme variedade de fenômenos, sob a égide do tecnocapitalismo ou da sociedade de mercado global. Trata-se, em seus próprios termos, por um lado, do momento histórico em que “o consumo atingiu a ocupação total da vida social”; por outro, do advento da exploração psíquica do indivíduo pelo capital — ou do que se vem chamando hoje de exploração do valor afeto (SODRÉ, 2006, p.80).

A cooptação do homem pela imagem

se dá de acordo com a sua percepção sobre aquilo que está sendo mostrado a ele. A mídia tem papel fundamental nessa exposição imagética que atua no inconsciente das pessoas.

Portanto, basta a mesma impor uma sequência de desinformações aos quatro cantos pelos seus canais de exposição, que o homem terá uma percepção sobre aquilo, ou seja, será capaz de perceber por intermédio dos aspectos sensoriais, que algo está acontecendo.

Na sociedade do espetáculo, o homem pode até perceber que algo, de fato, está acontecendo, mas não se preocupa em saber se é real ou não, se é ficção ou não, sendo que muitas vezes confunde a realidade com a ficção. As pessoas se tornam vazias, sem conteúdo, e a superfluidez se destaca.

O prazer não está mais nas coisas profundas como leitura, ciência, cultura e outros aspectos que tornam a vida mais interessante, como visitas aos museus, teatros e shows, mais tudo se concentra num dispositivo celular como extensão do seu corpo que se conecta a todos esses setores.

Portanto, se vamos fazer uma leitura, fazemos pelo celular, se vamos ler sobre ciência, usamos o celular, se vamos cultivar as tradições, os usos e costumes, também utilizamos do dispositivo e assim por diante. O celular

é o prazer atual, é o portal de recepção do homem contemporâneo. Enfim, nada impede a mídia de lançar a desinformação via internet que deságua nos dispositivos móveis para manipular a massa.

Nesse sentido, como fica a percepção do homem? Como fica a sensação humana?

O homem é dotado fisiologicamente dos sentidos humanos, como a visão, o tato, o olfato, o paladar e a audição, pelo menos, esses são os principais. Assim, ao chegar para a pessoa às informações emanadas pela mídia, necessariamente, passam pelo filtro humano, para que este tenha a percepção daquilo que é real ou ficção.

No caso da sociedade do espetáculo, as imagens capitalizadas, são lançadas pela mídia para o corpo social e este a absorve. Após a absorção, passa pelo filtro humano de indivíduos e ou grupos gerando uma percepção daquilo que foi exposto. Tal percepção se dá após a utilização dos sentidos que se chega ao resultado esperado, ou pelo homem que recebe a informação ou desinformação e percebe algo, mas pode ser este algo direcionado e proposital para a manipulação. A mídia usa esse meio como mensagem que estimula os desejos e necessidades da pessoa para cooptá-la, atingindo as sensações humanas pelo imaginário.

As imagens, geralmente, mexem com o psicológico e tudo é deturpado quando

trazidas via celular, e por ser um dispositivo móvel e por hora extensão do homem, chega praticamente em tempo real pela internet. Hoje, o homem, tem uma percepção diferente quando as informações ou desinformações chegam via celular, pois, em muitas ocasiões já se manifestam opiniões diversas pelas redes sociais sobre aquilo que percebeu.

A percepção é a intuição primeira de um conjunto ou um todo exterior ao sujeito, a partir de uma impressão sensorial e graças a uma estrutura específica, sempre na dependência de um sentimento de realidade — senão ocorre a alucinação, que é uma percepção sem objeto real (SODRÉ, 2006, p.81).

Essa percepção é uma prévia das sensações emocionais sentidas por aquilo que é direcionado pela mídia, que traz a intenção real de manipular o homem via desinformação ventiladas por imagens na sociedade do espetáculo. Imagens aqui no sentido imerso, ou seja, textos, banners, discursos, livros, logotipos dentre outros e que simbolizam e representam algo de interesse do corpo social. São despejados na seara do vale tudo, de forma pirotécnica, em busca frenética da audiência.

Edney Firmino Abrantes

Advogado e Cientista Político, Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Santo Amaro (UNISA/SP), e membro do Grupo de Pesquisa CONDESIM-FOTOS DGP/CAPES, CERES/NEMRI da FESPSP e do GT/UMESP de JORNALISMO HUMANITÁRIO E TERRORISMO pertencente a Cátedra UNESCO

Referências bibliográficas:

CHOMSKY, Noam. *Mídia. Propaganda política e manipulação*. Editora Martins Fontes. São Paulo, contracapa. ————— in p.17.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Editora Contraponto. Rio de Janeiro, ano de 1997.

DUNKER, Christian. *Ética e pós-verdade*. Editora Dublinense. Porto Alegre/São Paulo, ano de 2017, p.12. SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. *Informação e boato na rede*. In: SILVA, Gislene et. al. (org.). *Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011.

SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis. Afeto, mídia e política*. Editora Vozes. Petrópolis, p.75. ----- in p.80.

Artigo publicado no Site Politize! Título: NOTÍCIAS FALSAS E PÓS-VERDADE: O MUNDO DAS FAKE NEWS E DA (DES) INFORMAÇÃO.

<http://www.politize.com.br/noticias-falsas-pos-verdade/>



PUBLICIDADE

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat fdbfdggf dolor fugiat sint in esse.

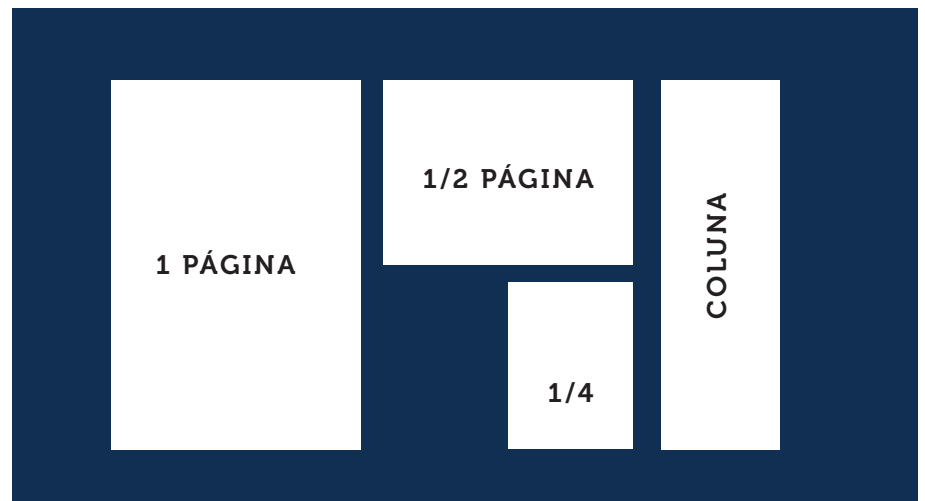
Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat laborum.

Sed ut perspiciatis unde omnis iste natus error sit voluptatem accusantium derot.

SUA ESCOLA/EMPRESA PODE OCUPAR ESTE ESPAÇO



DIAGRAMA DOS ESPAÇOS DE PUBLICIDADE



PUBLICIDADE

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua.

Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat.

Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proident, sunt in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum. Sed ut perspiciatis unde omnis iste natus error sit voluptatem accusantium.

ANUNCIE AQUI!



ESPAÇO PUBLICITÁRIO